

No que se refere ao direito constitucional, julgue o próximo item.

- 1 **J2417793 - ERRADO** | O princípio da unidade constitucional é um princípio fundamental consagrado pela Constituição Federal de 1988, o qual preconiza a ideia de que a Federação brasileira é formada pela união indissolúvel entre a União, os estados-membros, o Distrito Federal e os municípios.

No que se refere ao direito constitucional, julgue o próximo item.

- 2 **J2417794 - ERRADO** | A construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como a garantia de independência nacional são considerados objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil à luz da Constituição Federal de 1988.

No que se refere ao direito constitucional, julgue o próximo item.

- 3 **J2417795 - CORRETO** | Em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, porém a CF prevê, entre outras exceções, a possibilidade de acumulação de um cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza, desde que respeitada a compatibilidade de horários e o limite do teto constitucional.

No que se refere ao direito constitucional, julgue o próximo item.

- 4 **J2417796 - CORRETO** | Em aplicação ao princípio da impessoalidade, a CF prevê que a publicidade das obras realizadas por órgãos públicos terá finalidade educativa, informativa e de orientação social, não podendo nela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades públicas.

Julgue o item seguinte, a respeito de atos administrativos.

- 5 **J2417797 - ERRADO** | Quando o Conselho Fiscal da AgSUS se manifesta sobre a prestação de contas da agência antes de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, configura-se a prática de um ato administrativo classificado como ato complexo.

A respeito de contratos, licitações e controle, julgue o item seguinte.

- 6 **J2417798 - ERRADO** | O contrato de gestão é uma espécie de contrato administrativo, o qual somente pode ser firmado entre o poder público e entidades da administração indireta.

A respeito de contratos, licitações e controle, julgue o item seguinte.

- 7 **J2417799 - CORRETO** | A Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que regula normas gerais, não é aplicável à AgSUS, em razão de a agência dispor de legislação específica para regular as suas contratações.

A respeito de contratos, licitações e controle, julgue o item seguinte.

- 8 **J2417800 - CORRETO** | Classifica-se como controle interno o controle administrativo exercido pela administração pública sobre suas próprias atividades, permanecendo tal controle na mesma estrutura de Poder.

No que se refere a aspectos do direito civil e processo civil, julgue o item abaixo.

- 9 **J2417801 - ERRADO** | A formulação de pedido de gratuidade de justiça também é admitida a pessoas jurídicas que não provejam de recursos para pagamento das custas e despesas processuais, devendo tal pedido ser formulado até o ajuizamento da petição inicial.

No que se refere a aspectos do direito civil e processo civil, julgue o item abaixo.

- 10 **J2417802 - ERRADO** | As obrigações solidárias são aquelas nas quais existem mais de um credor ou mais de um devedor com direito ou obrigação em relação a uma dívida por inteiro, não podendo a solidariedade ser presumida e devendo sempre resultar de lei.

No que se refere a aspectos do direito civil e processo civil, julgue o item abaixo.

- 11 **J2417803 - CORRETO** | Caso haja vício oculto — anterior à celebração de determinado contrato oneroso — que diminua o valor da coisa que tenha sido objeto de contrato, a parte adquirente terá o direito de extinguir o contrato ou solicitar a revisão de suas prestações com o abatimento do preço correspondente.

No que se refere a aspectos do direito civil e processo civil, julgue o item abaixo.

- 12 **J2417804 - CORRETO - ANULADO** | Restará configurada a responsabilidade civil objetiva de determinado agente que, por ato ilícito, vier a causar dano a outrem, hipótese em que deverá responder pelos prejuízos causados ainda que sua culpa não tenha sido comprovada.

Acerca de regime jurídico administrativo, julgue o seguinte item.

- 13 J2417805 - CORRETO** | São exemplos de atos normativos os decretos autônomos, que são atos expedidos de forma privativa pelo chefe do Poder Executivo federal com a finalidade de organizar a administração federal, desde que não haja aumento de despesa ou criação ou extinção de órgãos públicos.

Acerca de regime jurídico administrativo, julgue o seguinte item.

- 14 J2417806 - CORRETO** | Os pareceres possuem natureza jurídica de ato administrativo, são classificados como atos enunciativos e configuram instrumentos por meio dos quais um agente administrativo emite uma opinião técnica ou jurídica a respeito de determinado assunto.

Acerca de regime jurídico administrativo, julgue o seguinte item.

- 15 J2417807 - CORRETO - ANULADO** | O termo de colaboração é um instrumento jurídico proposto pela administração pública e utilizado para a formalização de uma parceria entre a administração pública e uma organização da sociedade civil, com a finalidade de interesse público e recíproco.

Acerca de regime jurídico administrativo, julgue o seguinte item.

- 16 J2417808 - ERRADO** | O administrador público da parceria é o agente público responsável por emitir parecer técnico acerca da análise da prestação de contas da parceria celebrada.

No que se refere a noções de direitos dos desastres, julgue o item a seguir.

- 17 J2417809 - ERRADO** | As medidas destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre são denominadas de ações de mitigação.

No que se refere a noções de direitos dos desastres, julgue o item a seguir.

- 18 J2417810 - ERRADO** | Considera-se desabrigada a pessoa que foi obrigada a abandonar sua habitação de forma temporária em razão de avaria grave decorrente de desastre e que não necessariamente precise de abrigo provido pelo empreendedor cuja atividade tenha dado causa ao desastre.

No que se refere a noções de direitos dos desastres, julgue o item a seguir.

- 19 J2417811 - ERRADO** | Quanto à sua intensidade, os desastres podem ser classificados em desastres de pequena intensidade (nível I), de média intensidade (nível II) e de grande intensidade (nível III): apenas os desastres de nível I possibilitam a decretação de situação de emergência, e os desastres de níveis II e III são aqueles que indicam a decretação de estado de calamidade pública.

No que se refere a noções de direitos dos desastres, julgue o item a seguir.

- 20 J2417812 - CORRETO** | Na gestão de riscos de desastres, o ciclo de vida de um desastre é composto por fases principais que se darão na seguinte ordem: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.